
Valdei Lopes de Araujo

Professor no Departamento de
História da Universidade Federal de
Ouro Preto
e-mail: valdeiaraujo@ichs.ufop.br

WASSERMAN, Fábio.

Entre Clío y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860).

Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. 278p.

No cânone historiográfico argentino, a biografia de Manuel Belgrano (1770-1820) – um dos heróis da Revolução de Maio de 1810 que resultou na ruptura da região do rio da Prata com a metrópole espanhola – é considerada a primeira história nacional Argentina. Seu autor, Bartolomé Mitre (1821-1906), seria então o pai da moderna historiografia platina. Apesar do estranhamento de uma primeira história nacional assumir o formato de uma biografia, nada mais poderia surpreender o leitor se não atentássemos para o fato de o livro ter atingindo sua forma ampliada e definitiva apenas em sua terceira edição, publicada em 1876. É da constatação de quão tardio é o surgimento de algo que se poderia considerar uma "história nacional" na Argentina, em especial se comparado com os casos vizinhos do Brasil e Chile, que o historiador argentino Fábio Wasserman constrói a arquitetura investigativa de sua tese de doutorado. Defendido em 2004, o trabalho está agora disponível em livro pelo Editorial Teseo.

O texto, centrado no recorte de 1830 a 1860, procura identificar as causas que teriam impedido a redação de uma história nacional argentina nesse período, justamente aquele no qual se deu a recepção do historicismo romântico entre a elite intelectual da região. Para demonstrar seu problema, o livro está organizado em três grandes seções. Na primeira analisam-se os significados, os tipos e as formas de produção do conhecimento sobre o passado. A partir de uma abordagem sofisticada do que poderíamos chamar de "cultura histórica" – considera-se não apenas os livros de história, mas as diversas formas pelas quais as sociedades agenciam sua historicidade –, Wasserman mescla elementos políticos, sociais, culturais e discursivos a fim de desvendar os significados e funções dos relatos, narrativas e metáforas empregadas para compreender a história, em especial aquela iniciada com a Revolução de Maio. Nessa primeira seção são apresentadas as principais iniciativas historiográficas do período, com destaque para as edições de coleções documentais, os conjuntos biográficos e as tentativas de disciplinar a escrita da história pela criação de institutos e academias.

A segunda seção verticaliza a análise do problema central já identificado na primeira, ou seja, o enclausuramento desses intelectuais em um presente revolucionário que os impedia de considerar seriamente o passado colonial da região, seja na sua dimensão indígena ou na do legado espanhol. A percepção hegemônica de que a Revolução de Maio estava incompleta, em especial para os opositores do regime de Rosas (1829-1852), criava a sensação de um passado que persistia em não passar, e, por isso, deveria ser enfaticamente negado. Ao mesmo tempo, como o processo revolucionário ainda não estava resolvido, o futuro resistia a ser convertido em projeto. A indecisão do presente tornava impossível o agenciamento do passado e do futuro, e assim, a construção de uma identidade política em estilo nacional. O elemento novo de tensão que se apresenta com a geração romântica (1837) é justamente a consciência de que uma das fontes das dificuldades do presente era a ausência de identidade e sentimento nacional, mas a busca do passado que poderia contribuir para produzir essa identidade era impossibilitada por sua caracterização negativa, já que essa

geração considerou o regime de Rosas como a permanência dos elementos indesejáveis do passado colonial. Seria apenas com a queda de Rosas e a percepção de que os problemas persistiam que se iniciou uma reavaliação positiva do legado colonial.

É precisamente esse historicismo romântico peculiar que produzirá o paradoxo apontado por Wasserman de práticas historiográficas sem um discurso histórico nacional e instituições sem sujeitos, nesse caso específico, sem historiadores. A publicação de documentos e a escrita de biografias e outros gêneros historiográficos menores não foram acompanhados por uma meta-narrativa nacional capaz de articulá-los em uma totalidade significativa. Além disso, a criação de institutos e associações de vida institucional curta e pouco relevante não foi capaz de produzir um ambiente suficientemente estável para empreendimentos historiográficos de maior envergadura. Como dito acima, Wasserman atribui à força político-cultural do evento revolucionário de Maio um dos principais entraves à totalização significativa da história daquela região. Por esse motivo, a terceira e última seção é integralmente dedicada à análise das transformações dos relatos e narrativas sobre a Revolução desde 1816 até a década de 1870. O autor destaca o triênio entre 1830-1860 como aquele no qual o legado revolucionário foi reprocessado, criando-se as condições nas quais Mitre escreveria e reformularia sua história nacional, embora destaque que esta só teria efetivamente existido na terceira edição da Biografia de Belgrano publicada em 1876.

Um dos aspectos relevantes do livro, como já mencionado acima, é o tratamento global dado ao fenômeno historiográfico. Trata-se de uma história da historiografia que rompe os limites de uma simples narrativa da evolução disciplinar para considerar as formas de agenciar a história como um traço constitutivo do humano e que nos tempos modernos assume um lugar central para a compreensão das sociedades. Por isso mesmo, o autor mobiliza um repertório variado de fontes como artigos na imprensa, panfletos, discursos parlamentares, biografias, estudos históricos e geográficos, textos ficcionais, correspondências e ensaios. Sem reduzir a dimensão discursiva a um mero reflexo de outros níveis da realidade, a análise muito menos permanece enclausurada no texto, tratando-o como fenômeno histórico efetivo. Esse traço fica evidente na preocupação constante em avaliar com igual interesse as condições discursivas e político-sociais dos fenômenos estudados, sem reduzir um ao outro. Embora seja fácil encontrar muitos livros que em suas introduções afirmem buscar esse equilíbrio, são raros aqueles que conseguem responder aos desafios teóricos, metodológicos, documentais e de redação que advêm desse compromisso. Todas essas dimensões são conscientemente enfrentadas no livro de Wasserman.

Ao romper com o cânone historiográfico argentino que afirmava que a primeira versão da Biografia de Belgrano publicada por Mitre entre 1858/9 já poderia ser considerada uma história nacional, reservando esse título apenas para a terceira edição da década de 1870, Wasserman não apenas interfere em um evento fundador daquela historiografia, como torna mais visível o problema que outros autores já haviam identificado, ou seja, a dificuldade daquela comunidade em produzir uma história nacional em sentido estrito, que não fosse apenas um esquema explicativo abstrato, mas que na própria narrativa documentada demonstrasse a formação de uma identidade política singular. Tornando mais evidente o problema, o autor procura então explicá-lo.

Wasserman considera os argumentos levantados pelos próprios intelectuais do período que a partir da década de 1830 começam a lamentar a falta de uma história nacional. Para eles o desconhecimento das fontes, a proximidade dos fatos, a falta de tempo, a diversidade de ocupações, a insuficiência do público leitor e do patrocínio estatal eram as causas dessa ausência. O autor acredita, no entanto, que a maior dificuldade para se escrever história no Rio da Prata era política: “[...] a falta de uma perspectiva inequívoca ancorada no presente e com projeção para o futuro a partir da qual fosse possível dotar de sentido os fatos históricos. Mas não só porque o passado pré-hispânico era ignorado, os séculos de domínio colonial repudiados e a Revolução deixado um legado problemático, mas também porque o presente era percebido como um caos em que conviviam justapostos fenômenos incompatíveis entre si – ou incompreensíveis para alguns como o rosismo –, sem que, além disso, fosse possível predizer-se qual era o futuro [...]” (p. 81)

A indeterminação e provisoriade das condições políticas e institucionais impedia a visão do futuro e a reconstrução do passado. A indecisão quanto ao significado da Revolução e da independência, sob o pano de fundo de sua relevância amplamente apontada, contribuía para tornar impossível a escrita de uma história nacional. O persistente conflito entre unitários e federais, as lutas entre facções políticas e provinciais impediam a estabilização de um corpo nacional, seja em sua dimensão territorial, seja em sua ocupação por um povo singular. Apenas nas décadas de 1870 e 1880, quando a solução “Argentina” começou a se tornar hegemônica, que essa história foi possível. Um exemplo dessas dificuldades, ao mesmo tempo políticas e discursivas, é a força do argumento de que a Revolução de Maio teria instaurado uma comunidade política que tinha como um dos seus dogmas a idéia de um pacto de adesão livre e voluntária das províncias, e não a existência anterior de uma comunidade histórico-cultural. Mesmo com a penetração do historicismo romântico a partir dos anos 30, esse legado clássico/naturalista dos anos revolucionários demorou a ceder. O regime de Rosas, considerado pelos jovens intelectuais como contra-revolucionário, regenerava o discurso da revolução. Por isso, seria apenas com o fim do regime em 1852 que o legado revolucionário começaria a ser historicizado.

Portanto, sem desconsiderar os problemas de institucionalização, Wasserman prefere apostar na ausência dessas condições político-discursivas como chave para a compreensão da ausência de uma história nacional argentina antes da década de 1870. Sem discordar da validade da hipótese, cuja elegância de desenvolvimento e riqueza da demonstração não teria espaço ou capacidade para recuperar, gostaria apenas de levantar algumas ponderações, em especial a partir de minhas próprias pesquisas com a historiografia brasileira do século XIX. Ao diagnosticar o surgimento tardio da história nacional na região do Rio da Prata, Wasserman toma como parâmetro comparativo os casos de Brasil e Chile, sem, contudo, propor qualquer abordagem comparativa. O caso chileno é mais bem desenvolvido em algumas seções, já a menção ao Brasil permanece bastante abstrata.

A sensação que nos fica da leitura da obra é a de uma análise que aponta para as ausências, seja do discurso nacional, do historiador, das instituições e, talvez as duas maiores delas, a ausência de um Estado e uma historiografia nacionais. O livro demonstra que essa historiografia surge quase que simultaneamente com a estabilização nacional Argentina nos anos de 1870/1880. O que parece produzir certa ambigüidade é a

avaliação do período que antecede esse recorte, o mesmo período que o livro toma como o seu foco de análise: 1830-1860. No lugar de considerar essas décadas como uma preparação para o surgimento de uma história nacional, o autor prefere apostar nas descontinuidades, o que justifica que tome a falta de condições políticas como a causa principal das ausências que aponta. Isso fica evidente em sua avaliação das iniciativas que se desenvolvem nessas décadas, seja as publicações de documentos, a criação de Institutos ou a confecção de biografias e relatos históricos, tomadas mais como manifestações precárias e superficiais, do que como ensaios ou momentos de um acúmulo necessário. Da mesma forma são tratadas as interpretações narrativas esboçadas por diversos autores e muito bem analisadas ao longo do livro: são tidas como insuficientes, algumas vezes por suas ambigüidades, outras por não se constituírem em historiografia propriamente dita. Mas me pergunto se esse desejo por uma história nacional não atuou também como um fator na produção de uma nova situação política, de um novo projeto que superasse as limitações de uma imaginação excessivamente presa a uma interpretação classicista e ilustrada da Revolução de Maio?

Da mesma forma, o livro ressentido-se da discussão sobre os efeitos do legado histórico-cultural efetivo da região para a conformação da historiografia nacional. Embora cite algumas obras importantes tanto do século XVIII, quanto do início do século XIX, a escolha pela descontinuidade impede que se avalie os efeitos desse legado discursivo na formatação da história nacional. Não estou afirmando aqui que tais textos por si só pudessem ser tomados como "precursores" dessa historiografia, mas apenas que quando consideramos as incontornáveis exigências factuais e documentais da historiografia moderna, esse legado efetivo era incontornável para todo aquele disposto a escrever história, e, por isso, um de seus contextos efetivos.

Certamente que Wasserman não exclui de todo essa possibilidade, mas ela não produz resultados analíticos significativos em seu livro. O temor de recair nos tradicionais relatos teleológicos e evolutivos de uma formação nacional o leva a desvalorizar o papel dessas continuidades efetivas, como, por exemplo, o acúmulo documental ou mesmo o amadurecimento do debate em torno das formas de se compreender a relação entre passado, presente e futuro. Considerando que uma historiografia moderna precisa articular três dimensões diferentes e relativamente autônomas — narrativa, erudição e filosofia —, parece compreensível as hesitações dos autores a se entregarem à escrita de uma história desse tipo. Em outras palavras, talvez as dificuldades de erudição e formato narrativo tenham tido um papel mais importante do que Wasserman parece atribuir ao longo do texto.

Da mesma forma, sua abordagem dos casos chileno e brasileiro enfatiza as diferenças com a situação no Rio da Prata, produzindo uma imagem um tanto homogênea da evolução da historiografia, ao menos do caso brasileiro, que conheço um pouco melhor. O que surpreende na leitura não são apenas as diferenças com a situação brasileira, que efetivamente existem, mas as semelhanças tanto no repertório argumentativo dos autores, quanto nos problemas enfrentados na produção de uma explicação histórica nacional. A idéia sugerida de que no Brasil haveria um maior consenso quanto ao projeto nacional, embora não de todo inexata, não corresponde às pesquisas das últimas décadas que têm apontado a existência de uma grande variedade de projetos político-históricos, talvez não menor do que aquela demonstrada por Wasserman para a situação platina. O que

nos faz pensar que talvez uma história nacional não dependa tanto de um consenso em torno das interpretações sobre o passado, mas que ela mesma, dependendo de sua força discursiva e de sua articulação política, contribuiu decisivamente para produzir esse consenso e silenciar as diferenças.

A publicação da História Geral do Brasil por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) entre 1854/1857 foi de fato uma conquista relevante para a historiografia nacional brasileira, mas ela não se produziu de modo consensual e nem encontrou entre os letrados uma recepção unânime. Varnhagen teve que defender e modificar significativamente sua obra para a segunda edição de 1877. Da mesma forma, embora desde os anos imediatamente posteriores a 1822 fosse apontada a necessidade da escrita de uma história da Independência, a criação do IHGB em 1838 marca uma opção clara pelo adiamento desse projeto, limitando-se a História Geral ao período imediatamente anterior. O próprio Varnhagen percebeu as enormes dificuldades desse empreendimento, pois sua História da Independência, apenas redigida na década de 1870, só seria publicada postumamente em 1916. A estratégia de evitar a história recente, claramente decidida no interior do IHGB, embora não de forma unânime, facilitou o caminho para a redação de uma História Geral, sem que houvesse de fato um consenso em torno do significado do processo de Independência. Portanto, a História de Belgrano de Mitre, e a História Geral do Brasil de Varnhagen não são equivalentes exatos. Seria talvez mais revelador comparar o processo de produção da "Historia de Belgrano" com o da "História da Independência".

Por fim, essas ponderações apenas demonstram que o livro de Wasserman contribui de forma decisiva para elevar a um novo patamar nosso conhecimento das relações entre a escrita da história e a formação do Estado Nacional. Um maior conhecimento da evolução historiográfica das jovens nações americanas vai se tornando tarefa fundamental para uma correta abordagem de antigos problemas que acreditávamos poder solucionar no âmbito de uma história nacional excessivamente auto-referida.